



REVISTA

# Cadernos de Educação

FaE | PPGE | UFPel

ARTIGO | Fluxo contínuo

## Série Fontes: as ideologias nos textos de leitura

Fontes Series: ideologies in reading texts  
*Serie Fontes: ideologías en textos de lectura*

Nicholas Cardoso Gomes da Silva

### RESUMO

Com o objetivo de identificar e mostrar a análise do conteúdo dos livros da Série Fontes, vislumbrando conhecer até que ponto seus textos contêm ideologias, principalmente as dos movimentos higienistas e eugênicos do início do século XX, foram analisados os Quatro Livros de Leitura e a Cartilha da Série escrita por Henrique da Silva Fontes e utilizada oficialmente em escolas públicas primárias catarinenses (1920-1950). Por meio do Materialismo Histórico-Dialético, constatou-se que os textos da coleção coadunam com os discursos das ideologias: eugenia e higienismo do período e contribuíram para a difusão desses pensamentos ideológicos dominantes e, conseqüentemente, para a perpetuação da estrutura de classes e da hegemonia do capital.

**Palavras-chave:** série Fontes; ideologia; educação catarinense.

### ABSTRACT

With the aim of identifying and analyzing the content of the books in the Fontes Series, in order to find out to what extent their texts contain ideologies, especially those of the hygienist and eugenics movements of the early 20<sup>th</sup> century, the Four Reading Books and the Primer of the Series, written by Henrique da Silva Fontes and officially used in public elementary school in Santa Catarina (1920-1950) were analyzed. Using Historical-Dialectic Materialism, it was found that the texts in the collection were in line with the discourses of the ideologies: eugenics and hygienist of the period, and contributed to the dissemination of these dominant ideological thoughts and, consequently, to the perpetuation of the class structure and the hegemony of capital.

**Keywords:** Fontes series; ideology; education in Santa Catarina.

### RESUMEN

Con el objetivo de identificar y analizar el contenido de los libros de la Serie Fontes, a fin de averiguar en qué medida sus textos contienen

ideologías, especialmente las de los movimientos higienistas y eugenésicos de principios del siglo XX, se analizaron los Cuatro Libros de Lectura y la Cartilla de la Serie, escritos por Henrique da Silva Fontes y utilizados oficialmente en las escuelas primarias públicas de Santa Catarina (1920-1950). Utilizando el Materialismo Histórico-Dialéctico, se constató que los textos de la colección estaban en consonancia con los discursos de las ideologías: eugenesia e higienista de la época y contribuyeron a la difusión de esos pensamientos ideológicos dominantes y, consecuentemente, a la perpetuación de la estructura de clases y de la hegemonía del capital.

**Palabras clave:** serie Fontes; ideología; educación en Santa Catarina.

## Introdução

O presente texto visa a identificar e mostrar a análise realizada sobre o conteúdo dos livros da Série Fontes, vislumbrando conhecer até que ponto seus textos contêm ideias dos movimentos higienistas e de eugenia do início do século XX. Também possibilitando pensar os livros “[...] como objetos culturais que encarnam em sua materialidade uma multiplicidade de intenções, objetivos, regulações e, ao mesmo tempo [...]”, considerando-os “[...] como fontes que informam sobre os valores partilhados em uma determinada época” (ROCHA; SOMOZA, 2012, p. 28).

Nas escolas estaduais de Santa Catarina, entre os anos de 1920 e 1950 circulavam oficialmente os exemplares da Série Fontes, apresentando princípios ideológicos do higienismo e da eugenia, como o bom cidadão, obediente, trabalhador, estudioso, dedicado, amoroso, respeitador, bom filho, honrado, etc. O destaque é para comportamento moral e cívico, além dos cuidados com a saúde e higiene do meio em que vive. A presença nos livros de frases como “Primeira prova de amor é a obediência” e “Os meninos desobedientes são castigados” contribuiu para que os alunos incorporassem subjetivamente valores de que o país estava “precisando”, a dita “ordem” para o “progresso” (FONTES, 1920a). Em análise de documentos do “[...] início do XX indica que a força pública, a religiosa e a civil foram protagonistas no processo de implementação da escolarização e sua consequente expansão [...]” (SCHÜEROFF, 2021, p. 16).

Ora aliados, ora em campos distintos, os aparatos público, religioso e ‘civil’ não podem ser vistos como forças isoladas, completamente separadas. As ações que promovem se encontram articuladas, embora nem sempre na mesma direção, com a mesma intensidade e valendo-se dos mesmos

recursos [...] (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 16, grifos dos autores).

Importante enfatizar que o país estava passando por um processo de mudança de governo, com a instalação da República, bem como por um processo de industrialização e urbanização em todo o território brasileiro. Santa Catarina, não distante disso, procurou se adaptar aos novos modelos de organização, governo, economia e educação que determinavam as normas, decretos, ideologias e leis federais criadas e difundidas. Para Candeias (2005, p. 10) o caso de considerarmos a escola como algo “natural” é capaz de “fazer-nos esquecer das dificuldades de sua gênese, mensuráveis no tempo que decorreu entre a enunciação de sua premência social e a sua implementação no terreno”.

“Considerado um dos fenômenos sociais mais impactantes, a ideia de escolarização para todos se espalhou pelas nações ocidentais” no século XIX; oriunda da Europa, a ideia de “[...] ‘proporcionar educação às massas’ foi sendo implementada a partir do século XIX [...]” no Brasil e intensificada no início do século XX – após a Proclamação da República (SCHÜEROFF, 2021, p. 15, grifos da autora). A escolarização da população é um fato relativamente novo, “[...] um ideal que define as sociedades modernas como tais e que é apreciada como uma condição do progresso material e espiritual dos indivíduos e da sociedade” (GIMENO SACRISTÁN, 2001, p. 15).

Fazia-se necessário formar o cidadão brasileiro para atender às necessidades do “processo de civilização” e de industrialização para o qual o país estava tentando se estruturar. Nesse sentido, circulavam na sociedade ideias sobre a construção da República civilizada e sobre a educação ser a responsável por esta formação. Essa ideia da república como o novo em contraposição ao Império “velho, arcaico, símbolo de barbárie” precisava, no entendimento dos republicanos, ser destruída. Nas palavras de Oliveira e Teive (2014, p. 550):

Acreditava-se que só seria possível construir uma nova nação por meio da educação escolar. Por conta disso, à escola primária foi dada a missão de formar o cidadão republicano moderno: civilizado, patriota, racional e higiênico, afastando a população dos maus hábitos, das crendices e superstições.

A escola, como aparelho de hegemonia do capital, é um dos espaços para formação e direção do projeto da sociedade projetada. Nessa perspectiva e para atender a essas exigências, os estados brasileiros começaram a implantação de reformas educativas. Em Santa Catarina, houve a Reforma Orestes Guimarães (1911-1935), em referência ao professor Orestes Guimarães<sup>1</sup>, responsável pela estruturação do ensino catarinense.

Em Santa Catarina, a Reforma da Instrução Pública nos moldes paulistas se deu no Governo Vidal Ramos, que contratou o intelectual professor Orestes Guimarães, em 1910, para comandar a remodelação do ensino catarinense. Segundo o pressuposto da uniformização dos processos de civilização, Santa Catarina passava a priorizar a educação primária pelas mãos de um reformador experiente e capacitado nos métodos da pedagogia moderna que estavam sendo aplicados nos grupos escolares paulistas (PROCHNOW, 2009, p. 30).

Nesse período, Henrique da Silva Fontes foi Inspetor do Ensino Escolar da capital, posteriormente assumindo o cargo de Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, em decorrência da saída de Orestes Guimarães em 1918. Fontes assume a Diretoria entre os anos de 1919 e 1926, período em que escreveu a coleção de livros de leitura destinada às turmas do primeiro ao quarto ano do ensino primário catarinense, intitulada de “Série Fontes”. Autorizada pela Comissão Nacional do Livro Didático, sob o “Decreto nº 2.182, de 21 de julho de 1928” (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 29), a Série Fontes (ou também chamada Coleção Fontes) foi distribuída para todo o estado e os livros permaneceram nas escolas em torno de três décadas.

Para delinear esse processo de investigação, foi demarcado como objetivo geral: identificar e analisar o conteúdo dos livros da Série Fontes, procurando conhecer até que ponto seus textos contêm ideias dos movimentos do início do século XX, higienistas e de eugenia. E, como objetivos específicos, foram delimitados: identificar as ideologias presentes em Santa Catarina no

---

<sup>1</sup> Professor contratado pelo governador do estado de Santa Catarina. Segundo Hoeller e Daros (2014, p. 2), “Orestes Guimarães nasceu em Taubaté/SP (1871-1931). Em 1889, concluiu o curso da Escola Normal de São Paulo. Foi professor do ensino primário de escola isolada do Estado de São Paulo e diretor de Grupos Escolares em São Paulo. Entre 1906 e 1909, exerceu a função de Diretor do Colégio Municipal de Joinville/SC. De volta a São Paulo, dirigiu o Grupo Escolar do Braz. Em 1910, volta a Santa Catarina a convite do então governador do estado – Vidal Ramos –, e assume o cargo de Inspetor Geral do Ensino do estado de Santa Catarina (1911-1918). Neste período promove as reformas da instrução pública de 1910 e 1913, dentre outras ações. Em 1918, passou a Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no estado de Santa Catarina”.

início do século XX; verificar, no conteúdo dos textos da Série Fontes, se as ideias do higienismo e da eugenia presentes nos textos têm relação com o movimento nacional propagador de diversas ideologias, propondo, assim, uma análise dos conteúdos da Série e das informações que por eles circulam.

“Objeto da cultura, o livro é reinserido nas malhas do mercado e examinado como mercadoria”. E, a maioria das “[...] análises sobre o livro didático voltam-se para a interrogação sobre a sua relevância no conjunto da economia livreira, bem como sobre os vínculos entre a expansão do mercado de livros destinados à escola [...]” (ROCHA; SOMOZA, 2012, p. 29). Entretanto, objetiva-se aqui compreender como os livros da Série Fontes interferiram nos processos de expansão da escolarização e de consolidação das ideologias consideradas, pelos dirigentes, imprescindíveis para o fortalecimento do Estado-Nação.

A fim de atender a esses objetivos, foram analisados os Quatro Livros de Leitura e a Cartilha Popular da Série Fontes, tendo como base os diversos pesquisadores e autores aqui citados. Intriga como essa série didática obteve tal longevidade ao considerar as profundas transformações socioeconômicas e culturais pelas quais o Brasil e, especialmente, Santa Catarina passaram naquele período. A possibilidade de um estudo a partir da referida Série – iniciada no Mestrado e aprimorada durante o Doutorado em Educação – contribui para o conhecimento da história da educação de Santa Catarina e das razões que levaram o estado a distribuir a obra a todas as escolas públicas como livros de leituras. No entender de Rodrigues e Martínez (2018, p. 413):

Ao refletir sobre a materialidade da escola, os pesquisadores têm privilegiado sua análise sobre objetos e artefatos relacionados à sua modernização. Manuais, cartilhas, cadernos, lápis, canetas, penas e tintas, bancos e carteiras, quadros parietais, microscópios... Longe de serem objetos isolados, quando adequadamente inquiridos, no seu conjunto ou separadamente, falam sobre a forma escolar e sobre o processo de escolarização das sociedades. Evidenciam concepções de ensino e finalidades sociais e culturais da educação. Respondem a questionamentos sobre as apropriações que os sujeitos fazem deles.

Contidos na materialidade da Série, os ideais pedagógicos de Henrique da Silva Fontes corriam nesse sentido, adequando-se ao processo no qual vivia o país. Segundo Schena (2014, p. 290), “a educação foi pensada como

capaz de proporcionar o desenvolvimento da cidadania e, portanto, o engrandecimento da pátria (nação), isto é, proporcionar a harmonia necessária ao bem-estar social”. Para Fontes (1920c, p. 3), “o menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente”. Observa-se, na frase anterior, a imagem deste perfil de cidadão requerido nas primeiras décadas da República Brasileira, que, de certa maneira, atualmente, ainda se encontra este modelo idealizado. Conforme Santos (1997, p. 10, grifos do autor):

Os livros da Série Fontes reúnem textos que são assinados por autores locais, nacionais e estrangeiros e, portanto, nos levam a crer que o saber é considerado um valor ‘universal’ e ‘atemporal’. Tudo indica que esta rede discursiva, veiculada na Série Fontes, é uma proposta de construção de imagens, no intuito da recriação da ideia de nação e cidadania.

Convém frisar que esta coleção constitui os primeiros livros de leitura escritos para as escolas de Santa Catarina. Os livros anteriores eram traduções de livros editados em diversos países ou de autores de outros estados brasileiros, o que leva o então Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina, Henrique Fontes, a inferir que os livros antecessores não se assemelhavam à realidade catarinense e, assim, havia a necessidade de elaborar algo relativamente congênere.

## **O higienismo, a eugenia e as outras ideologias do início do século XX**

O higienismo e a eugenia são duas correntes de pensamentos que permeavam as práticas e argumentos utilizados pelos dirigentes do início do século XX no Brasil. Segundo Oliveira e Teive (2014, p. 552):

As discussões em torno da higienização cobriram um leque muito amplo de saberes e práticas, que ganharam impulso por meio de uma dispersão discursiva, assumindo nuances diferenciadas nos tempos e lugares onde ressoava. Diante da preocupação com a infância (nascimento, lactação, asseio corporal, banhos, vestuário), com a vida doméstica (limpeza, saúde e papel social da mulher, prevenção de doenças e vícios como álcool e jogo) e com o espaço público (ordem, urbanização, combate à propagação de moléstias e epidemias), os discursos higienistas configuraram um conjunto do que se pode caracterizar como moderno e modernizador.

Na concepção de Gondra (2000, p. 115-116), nesse período, "lado a lado com o argumento econômico (melhorar a sociedade) e do jurídico (a



defesa da sociedade) [...]” que “[...] acopla a razão eugênica (aperfeiçoar a espécie), advertindo que depende do poder e vontade do homem ‘apurar as qualidades, corrigir ou eliminar os defeitos’ [...]”, assim, “[...] superando-se ‘no produto, servindo-se no jardim do matrimônio com a vontade firme de criar filhos e que estes sejam melhores do que os que o geraram’” (grifos do autor).

É correto afirmar que a eugenia é o movimento que aborda o aperfeiçoamento físico e moral das pessoas, o que envolve desde educar até sanear. Este conceito fez parte da política de Estado no Brasil, tendo o higienismo ganhado mais evidência pelas questões consideradas de caráter urgente, relacionadas ao processo de urbanização e saneamento dos grandes centros. Para Spencer (1983 *apud* OLIVEIRA; TEIVE, 2014, p. 554), “a legitimidade concedida a este ramo da ciência estava relacionada ao fato de que os conhecimentos acerca desta concorrerem para a própria conservação do indivíduo [...]”, por sua vez, “[...] evitando doenças das mais diversas, mantendo a saúde e disposição para o trabalho”. Nesse sentido, Gondra (2000, p. 116) acrescenta:

[...] na intervenção continuada junto às crianças toda a responsabilidade pelo fruto grandioso que idealizava e prometia, cujo alcance dependia de uma infância devidamente higienizada, mesmo que tal estratégia produzisse, legitimasse e terminasse por naturalizar as desigualdades da ‘geração do amanhã’, o que, de sua parte, colaborava para manter viva a representação do eugenista (grifo do autor).

Na época, levantaram-se bandeiras de todas as áreas e partes com o mesmo objetivo, instruir, educar, higienizar e melhorar o conceito de brasileiro (tanto como cidadão quanto biologicamente). Para melhor entendimento desses embates sobre as duas correntes (higienismo e eugenia), faz-se necessário distingui-las.

O higienismo está mais voltado à retórica da higiene e limpeza dos ambientes e indivíduos. Esse movimento objetivava “moldar a população em geral e, mais particularmente, a população pobre [...], sob a ‘cultura da higiene’”. O autor complementa, afirmando que, “em nome da ordem e do progresso, entenderam urgente civilizar e reeducar os meios populares, substituindo as práticas consideradas arcaicas e anti-higiênicas por novos hábitos e costumes considerados salutaros” (CINTRA, 2005, p. 271).

Esses discursos higienistas eram ressonantes ao que defendiam os republicanos, uma “Nação Sadia”. “Nessa defesa, os cidadãos sadios seriam capazes de contribuir com o engrandecimento da pátria, uma vez que estariam imbuídos de espírito zeloso de sua própria saúde, de seus compatriotas e do seu país” (HOELLER; SOUZA, 2007, p. 190). Nessa mesma linha de pensamento, Cabral (1929, p. 33) argumenta que:

Ensinar a hygiene no Brasil é ao mesmo tempo servir a educação cívica, por isso que, si esta visa preparar o cidadão cômico dos seus deveres para com a pátria, respeitando as suas leis, trabalhando pelo seu engrandecimento, defendendo-a nos momentos de necessidade, aquele tende a conduzir este mesmo cidadão a um estado de capacidade de perfeição physica, sem o que o patriota não contribuirá eficazmente dentro de um tal programa (CABRAL, 1929, p. 33 *apud* HOELLER; SOUZA, 2007, p. 190).

Deste modo, caberia à escola ensinar o que não seria ensinado em casa, já que muitos ignoravam as medidas higiênicas. Instruir os alunos com conhecimentos úteis de higiene faria com que os estudantes repassassem os conhecimentos aos seus familiares. A ligação higienismo e educação era algo bem pensado por algumas classes. Como lembra Gondra (1998, p. 49 *apud* REIS, 2008), havia “[...] o interesse dos médicos pela questão educacional, elegendo-os como o principal aspecto a ser observado no sentido de produzir um homem e uma sociedade regenerados”.

Quanto à eugenia, foi um movimento fundado no final do século XIX por Francis Galton<sup>2</sup>, na Inglaterra, fundamentado na teoria da seleção natural das espécies, de Charles Darwin<sup>3</sup>, primo de Galton. De acordo com Maciel (1999, p. 121):

Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um ‘melhoramento da raça humana’ ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao ‘aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade. Essa

---

<sup>2</sup> Conforme Rocha (2010, p. 6, grifos do autor), “Francis Galton (1822-1911), antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês, que viveu na era vitoriana, desenvolveu diversos trabalhos nestas áreas específicas, aplicando métodos estatísticos ao estudo da herança. Cunhou o termo ‘eugenia’ para designar ‘o melhoramento biológico da raça humana’ por meio da reprodução seletiva em sua obra *Inquiries into human faculties* (1883). De acordo com Michael Bulmer, este melhoramento consistia em uma extensão do melhoramento de espécies animais que havia sido discutido por Charles Darwin [...], no primeiro capítulo do *Origin of species*”.

<sup>3</sup> Charles Darwin (1809-1882), naturalista britânico, conhecido pela elaboração da teoria da seleção natural das espécies (ROCHA, 2014, p. 16).



proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas. No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um 'atraso') e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação (grifos da autora).

Segundo os princípios do movimento eugenista, a hereditariedade era o fator determinante na vida e futuro dos indivíduos, ou seja, o nascer determinava a condição em que o indivíduo seria classificado, de acordo com os critérios a pessoa era categorizada *a priori* como "superior" ou "inferior". Sem poder escapar, a inferioridade e superioridade eram definidas pela natureza. Contudo, o pobre era pobre porque era inferior, destinado à pobreza e às mazelas (MACIEL, 1999, p. 121).

Ainda nesse entendimento, Maciel (1999, p. 121-122) esclarece: "Todavia, esse quadro não era aplicado apenas a indivíduos, mas, principalmente, às raças, baseando-se num determinismo racial (se pertence a tal raça, será de tal forma) [...]", assim "[...] fazia com que a hierarquia social fosse traduzida por hierarquia racial". E para que o objetivo fundamental da eugenia fosse alcançado era necessária a procriação dos "tipos eugênicos superiores" e coibir a proliferação dos "inferiores".

Desta forma, o ideário eugênico implicaria práticas sociais que viriam a se constituir em políticas públicas cujo objetivo expresso seria 'melhorar a raça' e, ao mesmo tempo, 'impedir a sua degeneração'. Assim a eugenia, fornecendo bases pseudocientíficas para determinadas práticas sociais, acabou por levar a alguns dos mais bárbaros crimes deste século. (MACIEL, 1999, p. 122, grifos da autora).

No Brasil, no entanto, a eugenia foi considerada de caráter mais sociológico, por ter abrangido questões intelectuais, físicas e morais. Não obstante, a preocupação brasileira estava vinculada à questão racial e com apelo moral (SOUZA, 2006, p. 45). Para tanto:

Era preciso regenerar aqueles portadores de 'doenças sociais', os 'resíduos humanos' – o alcoólatra, o sífilítico, o tuberculoso, o vadio, a prostituta, os doentes mentais e portadores de deformidades congênitas da classe pobre, negra e mestiçada (LUPPI, 2009, p. 7, grifos da autora).

Nesse período histórico brasileiro, os discursos ideológicos emergiam dos espaços médicos para a instrução pública. Para Hoeller e Souza (2007, p. 184), “esse espaço de educação e instrução da/na escola primária não consistia apenas em local de aceitação de ideias correntes [...]”, porém “[...] deveria comparecer de modo a efetivar – pelas práticas e condições materiais e intelectuais – os próprios discursos”.

Rocha (2010, p. 55-56), ao parafrasear a ideia do médico Paulo de Godoy<sup>4</sup>, afirma que:

Pode-se dizer que as reformas educativas criadas neste período, tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, visto este fator ser de ordem significativa para a formação de uma raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça.

Todos fazendo uso da educação para semear e colher os frutos da nova nação, limpa, forte e com padrão de qualidade. Os ideais pedagógicos de Henrique da Silva Fontes discorriam nesse sentido, adequando-se ao processo no qual vivia o país. De acordo com Oliveira e Teive (2014, p. 553):

Também em Santa Catarina o projeto higienista figurou como um dos elementos que engendraram a modernidade no Estado. Segundo Teive (2008) na época da Reforma Orestes Guimarães, Santa Catarina e a sua capital - Florianópolis - ostentavam fortes características dos tempos coloniais, embora desejassem superar o atraso avançando para os padrões modernos de urbanização. E foi com tal intuito que as elites dirigentes catarinenses iniciaram, nos primeiros anos do século XX, uma verdadeira cruzada saneadora e remodeladora em Florianópolis, que ficou popularmente conhecida como a ‘época do bota abaixo’ (TEIVE, 2008, p. 90). A cidade passava por remodelações, com o objetivo de se ajustar ao modelo burguês de sociedade, sendo, este processo, respaldado por médicos e higienistas.

Nesse movimento, a capital do estado de Santa Catarina passou por algumas modificações, que, de certa forma, adaptariam a cidade com vistas à aproximação com as demais metrópoles mundiais. Oliveira (2014, p. 4) explica:

Em Santa Catarina ressoou também o movimento sanitário, prometendo alavancar o progresso do Estado, higienizar seus espaços e curar a população de doenças e vícios. Nas

---

<sup>4</sup> Segundo Rocha (2010, p. 55), Paulo de Godoy, médico assistente do Departamento de Educação Física de São Paulo, defendeu a prática de atividades esportivas para fins eugênicos.

primeiras décadas do século XX Santa Catarina e a sua capital, Florianópolis, ostentava ainda fortes características dos tempos coloniais embora desejasse superar aquilo que era considerado atraso e avançar para os padrões modernos de urbanização e civilidade. Era preciso higienizar, sanear.

Nessa perspectiva, a capital catarinense tentava aproximar-se do modelo social e culturalmente burguês. Porém, para Oliveira e Teive (2014, p. 553), “[...] além das cidades era preciso higienizar corpos e mentes”. Era necessário “[...] educar a população para conformação de uma nova ordem social, de modo a prevenir moléstias e afastar a população dos maus hábitos e crendices populares”.

Assim, a escola foi considerada instituição capaz de realizar as solicitações requeridas. O art. 138 da Constituição Federal de 1934<sup>5</sup> trata desse assunto:

Vale ressaltar que no inciso ‘b’: ‘Estimular a educação eugênica’, a educação como um fator de conscientização para possíveis mudanças comportamentais entre jovens e adultos visando o matrimônio entre pessoas de uma mesma classe social e etnia e não apenas o conhecimento de teorias e leis sobre hereditariedade. No inciso ‘f’ pressupõe-se que as ‘medidas legislativas e administrativas que impeçam a propagação das doenças transmissíveis’ sejam de caráter eugênico.

A finalidade da educação segundo Kehl, seria evitar a má formação e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientação sexual, relações conjugais e criação dos filhos. As meninas deveriam ser preparadas para as futuras obrigações do lar e da maternidade, compreendendo a nobreza de uma maternidade sadia onde as boas características seriam transmitidas às futuras gerações (ROCHA, 2010, p. 53).

No entender de Schena (2014, p. 290), “a educação foi pensada como capaz de proporcionar o desenvolvimento da cidadania e, portanto, o engrandecimento da pátria (nação), isto é, proporcionar a harmonia necessária ao bem-estar social”. Essa ideia também pode ser percebida em vários textos da Série Fontes, como na frase: “O menino estudioso, obediente, leal e

---

<sup>5</sup> Constituição Federal de 1934, art. 138, dispõe nos incisos: b) Estimular a educação eugênica; f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (BRASIL, 1934).

cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente” (FONTES, 1920c, p. 3).

Campos (2000, p. 149) esclarece que o processo de escolarização em Santa Catarina esteve vinculado “[...] ao projeto assistencialista. Este assistencialismo traduziu-se em investimentos sobre a sociedade catarinense, passando por ampla campanha sanitária com serviços de saúde, higiene e reclusão”.

Além disso, “teve o caráter de educar a população, seu corpo e sua mente, disciplinando hábitos e comportamentos. Atingiu também a escola” (CAMPOS, 2000, p. 149). Nessa direção, Oliveira e Teive (2014, p. 556) explicam que:

O modo como a Higiene deveria ser ensinada nos grupos escolares catarinenses, bem como a exposição de seus conteúdos, tanto pelo programa de ensino dos grupos escolares quanto no que se refere aos livros de leitura, encontram consonância com os discursos médicos-higienistas que propagavam a necessidade de se escolarizar os saberes higiênicos.

No entanto, segundo Campos (2000, p. 150), “a escola catarinense assumiu uma função moral e espiritual como formadora do futuro cidadão”. Assim, ao realizar a leitura dos livros da Série Fontes, uma das questões que chamam a atenção são os valores presentes em grande parte dos textos, sejam poesias, parábolas, narrativas.

### **As ideologias presentes nos textos de leitura**

O texto “Boas qualidades e defeitos das crianças”, retirado do Primeiro Livro de Leituras da Série Fontes (1920b, p. 35), é um dos muitos exemplos presentes na obra. Nota-se o quanto o contraste, entre o dito “bom” e o “mau”, o “correto” e o “errado”, é enfatizado pelo autor do texto. O destaque é para comportamentos e, por conseguinte, para os resultados posteriormente apresentados pelos alunos durante suas ações na vida em sociedade.

Conforme esse texto, o modelo de menino aplicado é o que “ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade”. Também, percebe-se a presença do menino “leviano” e “vadio”, aquele que nunca está atento à aula e torna-se ignorante.

Nesse mesmo processo de dualidade há também os textos que destacam a relação entre pobre e honrado, rico e ladrão: “[...] Antes pobre, mas honrado, do que rico, mas ladrão” (FONTES, 1920b, p. 5). Isto remete, inclusive, à obediência às leis e às novas instituições instaladas com a República, dentre elas a Constituição e suas leis. Nesse sentido, encontram-se algumas frases na Cartilha Popular (FONTES, 1920a) que ditam sobre o termo, entre elas: “Primeira prova de amor é a obediência” (p. 18) e “Os meninos desobedientes são castigados” (p. 21). Tudo contribuindo para que os mesmos alunos incorporassem o que se estava “precisando” no país. Além da confiança depositada no professor, figura idônea e de elevada estima na sociedade, os livros eram mecanismos que poderiam contribuir com a formação dos futuros cidadãos brasileiros. A Série Fontes fazia parte desse processo. Como exemplo, a lição nº 36 do Quarto Livro diz que:

São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos; e assim como à força de tratar com pessoas honestas e virtuosas se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também à força de ler os livros se aprende a doutrina que eles ensinam.

Forma-se o espírito, nutre-se a alma com os bons pensamentos; e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável que não há nada com que se compare; e só sabe avaliar quem chegou a ter a fortuna de possuí-lo (FONTES, 1936, p. 28).

Com a análise dos textos dos livros da Série Fontes observam-se inúmeras características do higienismo e da eugenia e de outras ideologias. O patriotismo e o nacionalismo são dois dos discursos ideológicos mais vigentes no início da República brasileira. Em muitos momentos, a questão nacional funde-se com os preceitos cívicos e morais, como o próprio ufanismo. Assim como no projeto nacionalista, as vertentes de eugenia e higienismo aproximam-se cada vez mais.

É possível perceber que no projeto de nação republicana, que é o período abordado nesta pesquisa, o nacionalismo é um dos discursos ideológicos mais presentes, assim como se fazem coesos os discursos na linha do civismo e da moral. Os termos patriótica, nacionalista, cívica e moral aparecem atrelados ao contexto escolar, os ideais do higienismo e da eugenia fazem uso desses segmentos para se fixarem na formação do *Cidadão*

*Brasileiro Republicano*. Segundo Campos (2000, p. 151), “a boa educação e um corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a configuração da nacionalidade brasileira”. Ainda, de acordo com o autor:

A escola foi a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos. O discurso da homogeneização apareceu, desta forma, vinculado às questões referentes à cidadania (CAMPOS, 2000, p. 151).

Nesse contexto, gesta-se a Série Fontes, que, por sua vez, é carregada desses ideais. Os textos apresentados na sequência são formados por diferentes gêneros textuais. Em comum apenas as *lições* abordando temas ligados à moral e ao civismo que os alunos deveriam aprender nas escolas. Na concepção de Auras (2007, p. 115):

A escola republicana deveria civilizar e moralizar as crianças, inculcando-lhes os valores éticos e estéticos da racionalidade capitalista, o *ethos* capitalista: amor ao trabalho, à pátria, submissão às leis, respeito à livre empresa, à propriedade privada e à liberdade, possibilitando dessa maneira, uma economia psíquica que fortaleceria os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e as emoções, o *self-government*.

No conjunto de textos, observa-se a preocupação de Henrique Fontes em descrever o significado de pátria e sobre a serventia e importância que teriam para os leitores, cidadãos da pátria brasileira. Tal fato pode ser constatado na lição nº 22 do Quarto Livro. Contendo um discurso pacifista, a *lição* destacada anteriormente, também, aborda os bons modos que os leitores deveriam seguir. Ainda na linha da corrente patriótica e nacionalista, Henrique Fontes traz na lição nº 39, do Segundo Livro, poesia de Olavo Bilac, intitulada “A Pátria”. Fontes parece ter escolhido tal texto com a finalidade de enaltecimento da pátria, pois não tem um único verso em que esta ideia não esteja presente. Essa exatidão necessária para atrelar ao que se pretendia enquanto ideário de nação compõe a ideologia nacionalista do autor, já que textos envolvendo esta temática constituem um conjunto considerável dos textos presentes nos livros.

Nessa lição nº 39, “A Pátria”, descrita anteriormente, observa-se o sentimento patriótico e o orgulho de ter nascido brasileiro, bem como a valorização das riquezas naturais aliadas à oferta de bons recursos e à



fertilidade do solo – diferentemente da Europa –, além das prováveis possibilidades de trabalho, tendo em vista que se está em constante crescimento econômico e industrial. “Boa terra! Jamais negou a quem trabalha” (FONTES, 1920c, p. 29).

Nosella (1981, p. 77) explicita que “normalmente, os textos de leitura, que se referem à Pátria estão escritos em forma de poesia, exaltando o encanto de um Brasil alegre, cheio de sol e naturalmente belo”, o que pode ser percebido na lição nº 38 do Segundo Livro da Série Fontes intitulada “A grandeza do Brasil”, de autoria supostamente de Fontes, visto que não há indicação.

Segundo Teive e Dallabrida (2011, p. 110), “o patriotismo era disseminado especialmente nas disciplinas Língua Portuguesa, História, Geografia e Música e, principalmente, nas festas e comemorações cívicas”, algo que toma força quando é implantada a disciplina “‘Educação Moral e cívica’, ministrada no segundo, terceiro e quarto anos do curso preliminar nos grupos escolares, proporcionava a transmissão de saberes de conhecimentos morais, patrióticos e políticos”. Fato que permite observar a relação entre a disciplina e a frequência dos textos com abordagens eugênicas, cívicas, nacionalistas e patrióticas.

É possível também constatar que a justiça é feita pelos ricos que sempre praticam sua bondade e gratidão doando ou deixando que os pobres usufruam de seus bens, lembrando que isso só ocorre porque o apego aos bens materiais é condenado, bem como a indiferença à miséria e ao sofrimento das classes menos abastadas. O discurso da honradez é algo presente em diversas *lições* na coleção, a tal virtude faz o homem nobre. Observa-se o preceito eugênico em textos como o “Bom provérbio”, leitura nº 09 do Primeiro Livro da Série, que aborda as seguintes frases: “Antes pobre, mas honrado, do que rico, mas ladrão” (FONTES, 1920b, p. 5), ou seja, o que vale é a honra e a consciência do indivíduo. E isso é superior a qualquer possibilidade de ascensão socioeconômica. A Série também é irônica ao trazer diversos textos ou frases, como o *Terceiro Livro*, ao afirmar, por meio de um provérbio inglês, que “o asseio é a elegância do pobre”. Ou a lição nº 38 do Quarto Livro, que descreve que, em tempos de guerra, “o pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem

segura a honra, o eclesiástico não tem segura a sua cela, e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro” (FONTES, 1936, p. 26-27).

Nos livros da Série também se encontram *lições* com intuito de obediência e ligadas às temáticas da moral e do civismo. Algumas *lições* trazem contextos inerentes ao processo de ensino, muitas tratam sobre a da obediência ao professor e trazem noções de sucesso na aprendizagem decorrentes de esforços e empenhos, ambos dignos de agradecimentos a Deus, a chamada Gratidão Divina pela proteção recebida. *Lições* como a nº 05, “Ao entrar na aula”, do Primeiro Livro e a nº 01, “Oração do educador”, do *Terceiro Livro*, apresentam os aspectos mencionados acima.

**Ao entrar na aula**

*Afonso Celso*

Bom dia! Bom dia!  
Começa o labor,  
Produz alegria  
Do estudo ao fervor,  
Meu mestre, meu guia,  
Meu bom professor!  
Ninguém de improviso  
Consegue saber.  
Na vida é preciso,  
Lutar, aprender.  
Quem fica indeciso  
Não pode vencer.  
É vão todo o ensino  
Que a Deus não conduz;  
Por isso me inclino,  
Pedindo que a luz  
Do auxílio divino  
Me tragas, Jesus! (FONTES, 1920b, p. 5-6).

A lição nº 01 do Segundo Livro da Série Fontes, intitulada “Nossa Pátria”, também de autoria desconhecida, não é muito diferente do que trata a lição nº 02. A nova lição aborda a obediência às instituições e à família, assim como a figura de um cidadão que, além de obediente e bom menino, deve ser trabalhador e grato ao que recebeu na “nossa pátria”. Gratidão em face da hospitalidade, da paz e da liberdade recebidas – talvez essa paz e liberdade tenham algo relacionado às guerras sofridas na Europa, continente do qual o Brasil estava recebendo muitos imigrantes. Destaca-se, também, que a educação aparece como amor à pátria e como forma de evolução, “cidadão excelente” (FONTES, 1920c, p. 3).

### **Nossa Pátria**

Nossa Pátria é o Brasil.

Todos devemos amá-lo e procurar servi-lo e engrandecê-lo.

Os meninos devem também mostrar-lhe seu amor; devem também trabalhar pela grandeza da Pátria.

Por meio do estudo, da obediência aos pais e aos mestres, da amizade a seus companheiros, do cumprimento de todos os deveres em casa e na escola, mostrarão os meninos o amor que têm à sua Pátria.

O menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente.

O Brasil é um país grande, belo, glorioso e hospitaleiro.

Nele todos podem viver em paz e liberdade.

Devemos ter orgulho de ser brasileiro e procurar ser cidadãos dignos de um país tão cheio de riquezas e maravilhas como é o Brasil (FONTES, 1920c, p. 3).

Essas questões tratadas na *lição* e destacadas antes são parte de um projeto maior, como já dito, porém, para um bom entendimento dessa preocupação, deve-se considerar o que Silva Filho (2013, p. 122, grifo do autor) afirma:

Chama a atenção no documento a presença dos discursos do respeito e da obediência, do amor à pátria e da valorização do trabalho. Como já visto, interessa à nova elite dominante a produção de sujeitos obedientes, trabalhadores, ordeiros e unificados pela noção de pertinência à pátria. Assim, importa obedecer não só aos pais e professores, mas também às ‘autoridades’.

A citação de Silva Filho é necessária para a compreensão do que se tinha como “problema” para ser resolvido. No entanto, faz-se pertinente a seguinte contribuição de Nosella (1981, p. 80-81, grifo do autor):

Os condicionamentos ideológicos, aplicados às crianças, colocam-nas numa postura receptiva, de prontidão para seguirem sugestões que lhes forem dadas como ‘maneiras de participar do progresso do país’. [...]

As mensagens ideológicas, [...] subjacentes, e veiculadas por todas as instituições: Família, Escola, e Pátria, condicionam as crianças a se sentirem responsáveis, não só pelo progresso, mas também pela defesa da Pátria.

A lição nº 83, “A águia e o sol”, do Quarto Livro, traz aspectos relacionados à superioridade divina, à visão de um patamar mais alto, à diferença entre os seres e à igualdade perante Deus. O texto também remete à ciência como submissa ou inferior ao poder divino, são reconhecidos os conhecimentos oriundos da ciência, mas pouco valem, diante da presença divina, quem criou todas as coisas do universo. É a insignificância do universo

comparada ao tamanho de Deus. Por último, ressalta-se a necessidade de um ser superior a tudo e a todos, que seria capaz de equalizar e amenizar os problemas enfrentados pela sociedade, como os conflitos de classes sociais ou entre os indivíduos, algo que para os grupos hegemônicos seria de bom uso, por facilitar o controle da população.

Além das já citadas questões relacionadas à eugenia e higienismo, o cuidado com a saúde, a higiene do corpo e do ambiente em que as pessoas viviam eram destaques nos textos de leituras realizadas nas escolas brasileiras. Como exemplo disso, tem-se a lição nº 51 do Terceiro Livro, que traz a frase de autoria de Rui Barbosa: “A higiene do corpo e a higiene da alma são inseparáveis”, ou seja, a higiene do corpo e da consciência são fundamentais para o bom cidadão (FONTES, 1930, p. 44).

Outro texto que trata de questões do higienismo (higiene e cuidados com o corpo) e de eugenia (comportamento, obediência e princípios morais) é a *lição nº 50 do Segundo Livro*, sem autoria definida, apenas com a indicação de adaptado.

**Não fica bem. . .**

... assobiar na rua, nos carros, em reuniões públicas, enfim em todos os lugares onde isso possa incomodar.

... rir com estrondo. Faz gosto outro rir naturalmente; não assim, porém, ouvir gargalhadas estridentes, que irritam os nervos e são impróprias de pessoas educadas.

... sorrir ou fazer trejeitos a propósito de qualquer coisa. O sorriso ou riso devem vir em ocasião apropriada, pois rir constantemente e sem motivo é sinal de pouco siso.

... deixar descair o lábio inferior e conservar a boca aberta. O nariz é que deve expirar e não a boca. É indício de fraqueza de caráter e até nocivo para os dentes e para o estado geral o mau hábito da boca aberta (FONTES, 1920c, p. 30).

Várias são as leituras com esse teor, uma delas é a lição nº 67 do Segundo Livro. Com o título “Defeitos que se deve evitar na sociedade”, o texto de Joaquim Maria de Lacerda descreve que “não se deve nunca gracejar com os superiores; com os iguais é lícito, às vezes, gracejar, sem, porém, nem de leve ofendê-los ou vexá-los”, assim como “não se deve fumar em sociedade onde os mais o não fazem” (FONTES, 1920c, p. 43-44).

Com a nítida preocupação em civilizar e educar as crianças para que não cometam atitudes consideradas desrespeitosas no meio social, um trecho do texto “Dos braços”, de autoria de D. Antônio de Macedo Costa, diz que:

[...] Não; apresentar a mão a um superior é censurável adiantamento; só se ele quer primeiro dar-nos este sinal de bondade; então, sim, devemos apresentar-lhe a mão, inclinando-nos em sinal de reverência e gratidão. Em geral, como o aperto de mão é sinal de afeição familiar, só o devemos dar às pessoas amigas [...] (FONTES, 1920c, p. 35-36).

Nessa lição do Segundo Livro, são enfatizados os cuidados que os indivíduos deveriam ter com os braços e mãos, desde a limpeza e higiene até os modos de se portar perante as demais pessoas.

Assim, percebe-se que as ideias higienistas e de eugenia eram mais que apenas cuidar da questão física dos indivíduos, era educar para a sociedade conforme o que uma parcela da população exigia. O povo, em sua maioria, teve que se adequar aos novos rumos que o país estava tomando, moldando-se física e moralmente, incorporando algumas atitudes como se fossem as mais corretas e eficientes.

## **Considerações finais**

Marcado por mudanças efêmeras e outras incessantes, o período de circulação da Série Fontes constituiu-se por evidências da transição do sistema de governo nacional, de Império para República, pelo processo de industrialização e urbanização do país, sinalizando um novo momento em que o foco era o civilizado e o moderno. Em todo o país ocorreram transformações e adaptações ao modelo nacional republicano industrial, entre elas a educação, que, na época, passa por diversas transformações. É nesse período que se gestou a Série Fontes no estado de Santa Catarina que, acatando a ordem nacional, começa a reorganização da instrução pública, obedecendo, em partes, às novas diretrizes nacionais ou correntes ideológicas.

Foi adotada, assim, a Série Fontes, com algumas características que muito chamam a atenção de quem pesquisa e de quem a lê. As lições são de cunho ideológico forte, apresentam a preocupação em formar o cidadão brasileiro, trabalhador e obediente aos poderes das instituições e da classe dominante. Tais preceitos, embutidos nas entrelinhas ou apresentados explicitamente, eram de ordem circundante nos ideais do higienismo e da eugenia pertencentes ao movimento nacional que figurava no período, contudo a Série diferenciava-se da questão nacional por abordar a Religião Católica e

não respeitar o princípio do ensino laico determinado na Constituição Federal Brasileira.

Nesse período, a educação foi pensada como meio capaz de disseminar as concepções dos governantes, inclusive ideologias dominantes oriundas dos movimentos higienista e eugênico. Em Santa Catarina, a adoção da Série Fontes foi uma das estratégias de difusão de ideologias. Nesse sentido, Nosella (1981, p. 13) alerta para o fato de “as crianças, submetidas à maciça inculcação dessa ideologia não irão apenas aprendê-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnada por ela”. Isso tudo ocorre:

[...] numa idade em que as crianças não possuem ainda discernimento para poderem adotar, ou não, qualquer ideologia, segundo suas opções pessoais, tendo assim seus valores, seus conceitos e sua visão de mundo determinados totalmente pela que domina (NOSELLA, 1981, p. 13).

Por fim, a Série Fontes serviu como um dos instrumentos do projeto nacional republicano civilizador, com vistas ao desenvolvimento da nação, porém o Brasil não chegou ao tão desejado status capitalista de país desenvolvido, nem também moral ou justo, como “pretendiam” os preceitos, que buscavam mascarar as reais situações nas quais a sociedade dessa pátria era constituída. As verdadeiras mazelas com as quais a população se digladiava foram sucumbidas nos textos, em algumas raras exceções serviram de lição às gerações futuras. Vale enfatizar a necessidade de uma análise da Série considerando a relevância no conjunto da economia livreira, assim como os vínculos entre a expansão do mercado editorial escolar e da escolarização, se considerados os processos de solidificação da identidade nacional.

## Referências

AURAS, G. M. G. T. O professor paulista Orestes Guimarães e a modernização da instrução pública catarinense (1911-1918). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 107-120, jan./dez. 2007.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Senado Federal, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm). Acesso em: 9 set. 2023.

CAMPOS, C. M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, A. (org.). **História de Santa Catarina**:



estudos contemporâneos. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 149-166.

CANDEIAS, A. **Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX**: estudo sobre Portugal, Brasil e Galiza. Lisboa: EDUCA, 2005.

CINTRA, E. P. U. **Educar**, n. 26, p. 271-275, 2005.

FONTES, H. S. **Cartilha Popular**. Florianópolis: Cysne, 1920a. (Série Fontes)

FONTES, H. S. **Primeiro Livro de Leitura**. Florianópolis: Cysne, 1920b. (Série Fontes)

FONTES, H. S. **Segundo Livro de Leitura**. Florianópolis: Cysne, 1920c. (Série Fontes)

FONTES, H. S. **Terceiro Livro de Leitura**. Florianópolis: Cysne, 1930. (Série Fontes)

FONTES, H. S. **Quarto Livro de Leitura**. Florianópolis: Cysne, 1936. (Série Fontes)

GIMENO SACRISTÁN, J. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GONDRA, J. G. A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99-117, jan./jun. 2000.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOELLER, S. A. O.; DAROS, M. D. Trabalhos manuais no ensino primário e no ensino profissional para a construção da nação laboriosa: proposições de Orestes Guimarães e Corinto da Fonseca – Brasil, anos de 1920. *In*: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED SUL, 2014. v. 1. p. 1-15.

HOELLER, S. A. O.; SOUZA, G. Instrução e educação higiênica da infância catarinense na Primeira República (1910-1930). **Roteiro**, Joaçaba, v. 32, n. 2, p. 183-200, jul./dez. 2007.

LUPPI, S. C. A. L. A eugenia e o projeto de aperfeiçoamento do povo brasileiro 1900-1933. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM.

MACIEL, M. E. S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

NOSELLA, M. L. C. D. **As belas mentiras**: a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

OLIVEIRA, J. V. T. Regulamentando a higiene nos grupos escolares: traçando reflexões e discutindo possibilidade de análise (Santa Catarina, 1911-1918). *In*: ANPED SUL, Florianópolis, 10., 2014. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED SUL, 2014. v. 1. p. 1-15.

OLIVEIRA, J. V. T.; TEIVE, G. M. G. Higienizando corpos, mentes e hábitos: análise comparativa da disciplina “higiene” nos grupos escolares catarinenses nas reformas “Orestes Guimarães” (1911-1935) e “Elpídio Barbosa” (1946-1969). **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 9, n. 2, p. 548-570, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/3946>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PROCHNOW, D. P. M. **As lições da Série Fontes no contexto da Reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911-1935)**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

REIS, S. R. P. Instrução e educação higiênica da infância catarinense na Primeira República (1910-1930). *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPED SUL, 7., 2008, Itajaí. **Anais [...]**. Itajaí, SC: UNIVALI, 2008. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/2008/?link=eixos&acao=listar&nome=Hist%C3%B3ria%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o&id=81&listar=Trabalho&listar\\_nome=Trabalhos](http://www.portalanpedsul.com.br/2008/?link=eixos&acao=listar&nome=Hist%C3%B3ria%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o&id=81&listar=Trabalho&listar_nome=Trabalhos). Acesso em: 30 abr. 2015.

ROCHA, H. H. P.; SOMOZA, M. Apresentação do dossiê Manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, p. 21-31, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642826>. Epub 14 dez. 2012. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300002>.

ROCHA, S. **Eugenia no Brasil**: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933. 2010. 100 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHA, S. **Eugenia no Brasil**: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933. Curitiba: CRV, 2014.

RODRIGUES, R. R. J.; MARTÍNEZ, S. A. Materialidade da escola primária no estado do Rio de Janeiro (1893-1922): entre escolas singulares e graduadas. 413-451. *In*: SILVA, V. L. G.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (orgs.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica**: escritas e possibilidades. Vitória: UFES, 2018. p. 413-451. 470 p. ISBN 9788577723904.

SANTOS, P. M. C. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes**: lições de moral e civismo na organização da educação. 1997. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SCHENA, V. A. Livros de leitura da série fontes ideias pedagógicas modernas no ensino primário de Santa Catarina. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014. **Anais** [...]. 2014. p. 282-294.

SCHÜEROFF, D. **Instruir, medir, difundir**: expansão da instrução pública primária catarinense (1870-1910). 2021. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SILVA FILHO, V. **A série didática Fontes**: autoria e ato ético. 2013. 443 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SOUZA, V. S. **A política biológica como projeto**: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917 – 1932). 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

TEIVE, G. M. G.; DALLABRIDA, N. **A escola da República**: os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina (1911-1918). Campinas: Mercado da Letras, 2011.

*Recebido em: 11/01/2023.*

*Aceito em: 11/03/2023.*

### **Nicholas Cardoso Gomes da Silva**

Doutor em Educação – UDESC. Mestre em Educação – UNISUL. Licenciado em História, Pedagogia e Informática. Historiador 00031/SC. Supervisor Escolar na PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis.

 [nicholascardoso1@gmail.com](mailto:nicholascardoso1@gmail.com)

 <http://lattes.cnpq.br/5264999856320459>

 <https://orcid.org/0000-0002-0981-7645>